

MP pede inelegibilidade de Crivella por “guardiões” em hospitais

O Ministério Público Eleitoral pediu, nesta quarta-feira (16/12), que o prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella (Republicanos) fique inelegível por oito anos por abuso de poder político no caso que ficou conhecido como “guardiões do Crivella”.

Tomaz Silva/Agência Brasil



MP afirma que Marcelo Crivella cometeu abuso de poder político
Tomaz Silva/Agência Brasil

Segundo a Promotoria, ao longo do ano e especialmente durante a epidemia da Covid-19, servidores públicos municipais foram designados para ficar de prontidão nos hospitais da rede municipal do Rio, com o objetivo de impedir e dificultar reportagens sobre a precária situação da saúde pública. Os servidores foram organizados em grupos de conversa do aplicativo WhatsApp (“guardiões do Crivella”, “assessoria especial GBP” e “plantão”), nos quais recebiam suas designações, sendo definidas as “equipes” que compareceriam a quais locais.

Os servidores designados recebiam ordens e prestavam contas ao servidor Marcos Paulo de Oliveira Luciano, assessor especial de Crivella e administrador dos grupos de conversa. Do mesmo modo, os servidores eram advertidos, cobrados e elogiados pelo desempenho das atividades, destacou o MPE.

Para o órgão, Marcelo Crivella fez uso dos serviços de servidores públicos do Executivo municipal, durante o horário de expediente normal, para blindagem e promoção de sua imagem pessoal e de sua candidatura à reeleição – ele foi derrotado por Eduardo Paes (DEM).

Dessa maneira, o MPE pediu o reconhecimento da prática de abuso de poder político, com a declaração de inelegibilidade de Crivella, sua candidata a vice-prefeita, Andrea Louriçal Firmo de Araújo, e Marcos Paulo de Oliveira Luciano pelos próximos oito anos, além da aplicação de multa. *Com informações da Assessoria de Imprensa do MP-RJ.*

Date Created

17/12/2020